

ENC: PE nº 90002/2024 – Material Escolar - Resposta às Razões da Spartan Comércio LTDA

ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO <andrey.nascimento@fnde.gov.br>

Seg, 29/07/2024 17:39

Para: COMPC/DIRAT/FNDE <COMPC@fnde.gov.br>

 2 anexos (1 MB)

Resposta às Razões da Spartan Comércio LTDA.pdf; Resposta às Razões da Spartan Comércio LTDA.docx;

Acrescentar:

De fato foi conferida prorrogação à empresa ALEA, tendo esta área administrativa concedido tal prorrogação, em função desta empresa ter demonstrado que anteriormente ao prazo de abertura do Pregão já tinha iniciado os trâmites e, seguindo determinação da Administração Pública, apenas um laboratório faz os testes relacionados ao pedido.

Ademais, tal laboratório confirmou a data para além dos dias convencionados logicamente no Termo de Referência, o que seria alheio à vontade do licitante. Não se refere ao objeto, mas à confirmação do que já lhe pertence, a saber, sua qualidade.

Não menos importante, o formalismo moderado deve ser a tônica no processo licitatório, oportunizando a empresa momentos de sanear vícios sanáveis que não resultem em problemas de ordem maior que impeçam a entrega do bem público almejado. Vale dizer, não há apenas o princípio da legalidade sem uma adequação com o da razoabilidade.

Tanto é assim que perfaz recente Acórdão:

Acórdão 1211/2021 – Plenário. Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues. Processo TC 018.651/2020-8.

SUMÁRIO

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).** O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (sublinhado e negrito).

Portanto, ao conceder prazo diverso daquele convencionado não prejudica a aderência à legalidade, mormente a vinculação também se funda em fato alheio ao desiderato da empresa solicitante, por razão de teste escolhido pela Administração Pública Federal, na figura do FNDE.

Dessa forma, restitua-se ao Pregoeiro, conforme resposta empreendida neste e-mail.

De toda sorte, tendo por certos os passos empreendidos por esta área técnica, caso haja algum outro vício que se tenha observado e, no volume de questões empreendidas por esta CGCOM, inclusive solicita esta área administrativa, que, na eventualidade de tais ocorrências irregulares, promova-se o envio ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, sem prejuízo de constar também a Controladoria-Geral da União, para alcance da política pública educacional.

A suspensão da presente licitação, contudo, desde já se assevera, apenas trará prejuízo à política pública educacional, especialmente no que toca à situação de áreas críticas, como a região Sul, com o caso emblemático do Rio Grande do Sul.

De: FELIPE NEVES DE CARVALHO <felipe.carvalho@fnde.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 29 de julho de 2024 15:22

Para: ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO <andrey.nascimento@fnde.gov.br>; VANESSA MARCAL VAUCHER <vanessa.vaucher@fnde.gov.br>; REGINA GONCALVES ANDRADE <regina.andrade@fnde.gov.br>; RAFAEL VERAS CAIXETA <rafael.caixeta@fnde.gov.br>

Cc: DQUAL <DQUAL@fnde.gov.br>; COMPC/DIRAT/FNDE <COMPC@fnde.gov.br>

Assunto: PE nº 90002/2024 – Material Escolar - Resposta às Razões da Spartan Comércio LTDA

Prezados,

Conforme solicitado, segue a Resposta às Razões impetradas pela licitante Spartan, contra a licitante Alea, no âmbito do PE nº 90002/2024 – Material Escolar, **relativamente aos pontos pertinentes ao controle de qualidade.**

Registra-se que uma das alegações feita pela Spartan e que trata da declaração extemporânea recebida, supostamente 08 dias depois do solicitado, deverá ser defendida pelo Pregoeiro.

Atenciosamente,

Felipe Neves de Carvalho

Chefe de Projeto da Qualidade – CQUAL/CORPQ/CGCOM/DIRAD

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Tel.: (61) 2022-4155

E-mail: felipe.carvalho@fnde.gov.br

www.fnde.gov.br

